

Processos de purificação: expectativas ligadas à migração alemã para o Brasil (1880-1918)

Stella Lorenz*

Resumo: Este artigo analisa declarações de políticos e cientistas do Império Alemão sobre a emigração para o Brasil, entre 1880 e 1918. Nos debates coloniais do Império Alemão, foi ressaltada a importância do Brasil e da identidade *völkisch*¹ dos colonos de origem alemã. Analisar como a emigração para o Brasil ganhou, nos debates coloniais e científicos, uma dimensão eugênica, é a questão central deste artigo.

Palavras-chave: migração, eugenia, identidade, imperialismo.

Abstract: This article analyzes political and scientific declarations published in the German Empire between 1880 and 1918 concerning German emigration to Brazil. In German imperial debates, politicians emphasized the specific role of Brazil as a destination country due to the fact that, in this country, residing colonists preserved their German *völkisch* identity. This article focuses on how emigration to Brazil, thus, gained an eugenic dimension in German colonial and scientific debates.

Keywords: migration, eugenics, identity, imperialism.

Introdução

Na passagem do século XIX para o XX, a migração alemã para o Brasil foi discutida com muita ênfase, tanto do lado brasileiro como do alemão. Intelectuais brasileiros a consideravam uma influência eugênica desejável. Políticos e cientistas alemães destacavam o sul do Brasil como a região de destino preferida para a emigração alemã. Ambos os lados tiveram interesses específicos ligados à migração alemã (manifestados nos termos *branqueamento* e *Deutschtum*)², os quais, na prática, eram opostos entre si e, por isso, provocaram conflitos no território brasileiro. A ênfase dos debates culminou entre 1880 e 1918.

Perante as reestruturações dos estados-nação (o Império Alemão estabeleceu-se formalmente como nação imperial, em 1884; a República foi proclamada no Brasil, em 1889), tanto no Brasil como na Alemanha, questões referentes à identidade nacional foram discutidas. As questões referentes à emigração para o Brasil estavam inseridas nos discursos contemporâneos em torno da “raça” e da cultura.

No Brasil, a mão-de-obra estrangeira era considerada necessária. A imigração ganhou uma nova dimensão especialmente após a abolição da escravidão, em 1888. O sistema de parceria, iniciado pelo senador Vergueiro na província de São Paulo, em 1847, é um exemplo da procura de alternativas para a mão-de-obra escrava. Para intelectuais brasileiros, como historiadores, cientistas e políticos, questões como a origem dos imigrantes e sua assimilação na nação brasileira passaram a ganhar, a partir daí, maior importância para as questões da formação nacional.

Por outro lado, na Alemanha, as expansões coloniais, assim como os destinos preferidos da emigração, foram debatidos a partir do prisma imperialista. A referência central da política imperial alemã foi a ambição de manter uma “endogamia racial”. Com o Tratado de Versalhes, em 1918, o Império Alemão perdeu os territórios coloniais e, por conseguinte, sua posição de nação imperial. A emigração alemã, a partir de então, perdeu a importância que tinha nos debates políticos e científicos oficiais.

A antropóloga Giralda Seyferth, versada na matéria, pesquisou detalhadamente o conflito entre as ideologias eugênicas brasileira e alemã no Brasil.³ Seyferth explicou a posição alemã mediante declarações dos “teuto-brasilei-

* Antropóloga e historiadora. Mestre pela Technische Universität Berlin, bolsista da Heinrich-Böll-Stiftung. Email: stella_lorenz@web.de

Escreveu sua tese de mestrado sobre as concepções eugênicas brasileiras e alemãs ligadas à migração alemã para o Brasil, sob orientação do Prof. Pascal Grosse (University of Michigan) e do Prof. Wolfgang König (Technische Universität Berlin). Atualmente está concluindo Trabalho de Conclusão de Curso em Biologia, vinculado ao projeto “Mata Atlântica” (Pernambuco, Brasil) e preparando projeto de doutoramento sobre conceitos de “raça” e doença no contexto colonial.

¹ *Völkisch* é uma palavra alemã intraduzível que contém características “raciais” e culturais consideradas essenciais, mas que vai além da pura soma de “raça” e cultura. Este termo se refere também à ideia de um “*Volkskörper*” (veja mais adiante). Para salientar o significado destes conceitos, assim como o fato deles serem conceitos específicos alemães, põ-las-ei em itálico. Farei o mesmo com conceitos específicos da eugenia como *branqueamento* e *Deutschtum*.

² A palavra alemã *Deutschtum* implica significados, atitudes, práticas e políticas com referência a um pretensão caráter *völkisch* do povo alemão (em princípio independente da nação alemã). Portanto, use os significados de germanidade e germanismo. Sendo uma fusão dos significados, utilizarei a palavra alemã *Deutschtum* sem traduzi-la, para poder me referir aos diferentes significados implícitos ao mesmo tempo.

³ SEYFERTH, Giralda. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade, cultura escrita e práticas de leitura. In: Cultura escrita e práticas de leitura. Programa de Pós-Graduação em Antropologia

ros”, com base numa análise detalhada de artigos de jornais de língua alemã publicados no Brasil, como o *Der Urwaldsbote*. Ela não analisou, contudo, as declarações de políticos e cientistas do Império Alemão. Pode-se afirmar que pesquisas anteriores não conseguiram demonstrar a importância do Brasil e da identidade *völkisch*⁴ dos colonos de origem alemã para os debates coloniais do Império Alemão. Neste artigo será analisado e discutido como, nos debates coloniais, a emigração para o Brasil ganhou uma dimensão eugênica.

Contexto histórico (1880-1918): hegemonia europeia e biologização social

O século XIX foi marcado pelo crescimento das interações globais e, simultaneamente, pela consolidação das identidades nacionais. Estados europeus, alguns deles com tradição em conquistas coloniais, fundaram colônias na América, Ásia e África, o que levou a mudanças nas relações internacionais de poder e a um esforço das nações envolvidas em se definirem como impérios. Tanto a Europa quanto os territórios ocupados foram influenciados pelos projetos coloniais. Nesses territórios ocorreram reorganizações geográfico-políticas. No Brasil, a formação de uma unidade territorial e nacional se deu a partir do domínio colonial, que teve fim com a independência em 1822. O imperialismo teve também efeitos nas formações e concepções nacionais, tanto do lado dos colonizadores, como dos colonizados.

Imperialismo e migração foram processos entrelaçados: políticos europeus tentavam consolidar e alargar a esfera política da nação alemã, dirigindo emigrantes para os territórios considerados estrategicamente importantes. Ao mesmo tempo, a repartição imperial das esferas de interesse internacionais (informais, inicialmente, e formais, a partir da conferência europeia imperial) entre os estados europeus, provocou novas migrações em diferentes direções. A expansão imperial direta se deu através da migração de funcionários administrativos, comerciantes e colonos dos centros coloniais à “periferia”, ou indivíduos originários das colônias migraram como soldados, escravos ou comerciantes para outros países do respectivo “império”. Já a exploração colonial de territórios ainda não desbravados realizava-se, algumas vezes, por migrantes.

Além disso, o colonialismo europeu resultou na transferência das teorias sociais europeias. Na Europa do século XIX, reorganizaram-se discursiva e institucionalmente as “ciências do homem” e formaram-se disciplinas diferentes. Os cientistas da época tentavam entender as diferenças culturais por meio de características físicas consideradas “essenciais”. A biologia, através da fisiologia e da morfologia, tornou-se referência central nas ciências sociais e naturais. Havia, no mundo, pouquíssimos cientistas que, como Franz Boas (1858-1942), nos EUA, partiram da influência da cultura e do meio ambiente para explicar características físicas.⁵ A questão em torno do caráter biológico do Homem constituiu um arcabouço teórico sobre “degeneração”, “raça” e gênero⁶ formulado na Europa e recepcionado internacionalmente. Estas idéias influenciaram debates sobre povo, nação e cultura e foram significativas para as identidades nacionais, fazendo com que os cientistas tivessem um papel muito importante nesses debates sobre questões nacionais. A idéia de “raças” distintas implicou, para a maioria dos cientistas, numa hierarquia entre elas, a qual definiu a “raça branca” como superior. Desses pensamentos resultou a idéia do “aperfeiçoamento da raça” baseada na eugenia. A eugenia, uma disciplina formada naquela época, era uma ciência “branca” que procurava consolidar a própria hegemonia racial através das teorias de “inferioridade” dos homens “não-brancos”. Portanto, idéias eugênicas de nação eram idéias de nações “brancas”.

O imperialismo europeu resultou, assim, não somente no exercício da hegemonia europeia sobre partes do mundo, mas também na divulgação de teorias sociais europeias que partiram da idéia da “superioridade branca”. Essas teorias foram hegemônicas também no Brasil.

Social da Univ. Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2004; Ibid. A liga pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irreduzíveis. Curitiba, *História: Questões & debates*. Ano 10 (1989), N° 18/19. Muitas informações destes artigos ajudaram-me a escrever este texto.
⁴ *Völkisch* é uma palavra alemã intraduzível que contém características “raciais” e culturais consideradas essenciais, mas que vai além da pura soma de “raça” e cultura. Este termo se refere também à idéia de um “*Volkskörper*” (veja mais adiante). Para salientar o significado destes conceitos assim como o fato de estes serem conceitos específicos alemães, põ-las-ei em itálico. Farei o mesmo com conceitos específicos da eugenia como *branqueamento* e *Deutschtum*.

⁵ Cf. por exemplo: BOAS, Franz. *Anthropology and Modern Life*. New York 1986. 4a Edição.

⁶ Para lembrar do fato de construção social de categorias raciais “raça”, “degeneração” e “miscigenação”) assim como das atribuições de cores diferentes às pretensas “raça” (como “branco”, “negro”, “pardo”, “amarelo” etc.) e de qualidades diferentes (como “superioridade”, “inferioridade”) põ-las-ei entre aspas.

O Brasil: sociedade multiétnica e a idéia de *branqueamento*

No Brasil, a violenta dominação colonial implicou em encontros sexuais entre colonizadores e colonizadas (indígenas e escravas), fazendo com que surgisse uma população “miscigenada”. O colonialismo português resultou, assim, na constituição de uma estrutura multiétnica da sociedade brasileira. Em relação aos EUA, o Brasil apresentou uma especificidade: enquanto na sociedade multiétnica nos EUA existia uma divisão entre duas raças (“brancos” e “negros”) e, conseqüentemente, uma estrutura binária,⁷ a sociedade brasileira não apresentava esta divisão bipolar da população em respeito à (não-) integração na comunidade nacional brasileira. Porém, segundo intelectuais brasileiros, a sociedade multiétnica contrariava a tencionada homogeneidade da nação em construção.

Desde meados do século XIX, a sociedade multiétnica brasileira “miscigenada” fora entendida progressivamente como “problema nacional” e como causa de um “atraso” econômico e cultural. Tanto na Europa, onde as idéias surgidas da biologia contemporânea obtiveram uma importância elevada, quanto no Brasil, as teorias européias de “raça” e “degeneração” eram freqüentemente lidas. Segundo essas teorias, a “raça brasileira” seria “degenerada” por causa de sua multiétnica. Perante esta conclusão fatal, intelectuais brasileiros conceberam uma nova idéia eugênica - a da possibilidade de um “branqueamento de raça”. O primeiro a apresentar esta idéia de *branqueamento* foi o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), em 1854.⁸ Alguns abolicionistas, como Joaquim Nabuco (1849-1910) e José do Patrocínio (1854-1905), aperfeiçoaram essa ideologia, utilizando, porém, conceitos diferentes: Patrocínio formulou a idéia de “fusão das raças” em vez da “absorção”, termo de Nabuco. Mais tarde, intelectuais brasileiros como Capistrano de Abreu (1853-1927), Sílvio Romero (1851-1914) e Oliveira Viana (1883-1951) defenderam a “miscigenação” dirigida: deste processo resultaria, segundo eles, uma nova “raça brasileira unida” de fenótipo “branco” e genótipo “miscigenado”.⁹

A ideologia do *branqueamento* foi uma referência para as teorias européias: na tradição social-darwinista, os pensadores imaginaram uma “seleção natural” em direção à vitória do “elemento branco” (imaginado como superior) sobre o “elemento negro”¹⁰.

No fim do século XIX, intelectuais e políticos brasileiros discutiram a ideologia do *branqueamento* com mais ênfase. Em 1911, João Batista de Lacerda, então diretor do Museu Nacional, apresentou esta teoria em Londres, no “Primeiro Congresso Internacional de Raça”¹¹. O fato de Lacerda ser delegado pelo governo brasileiro demonstra a ênfase com a qual os políticos trataram o “problema de raça”. Portanto, a “miscigenação” teria uma missão de enorme importância: dela dependeria a futura homogeneização da população brasileira. Indígenas, “negros” e “mestiços escuros” prejudicariam o alvo de uma nação branca brasileira avançada.

Imigração européia

Desde o reinado de Dom Pedro I (1822-1831), o governo brasileiro recrutava imigrantes europeus. Naquela época, os primeiros colonos alemães chegaram ao Brasil e se instalaram em colônias, sobretudo nas províncias do sul. Os imigrantes europeus eram considerados uma mão-de-obra importante, especialmente após a abolição do tráfico transatlântico de escravos africanos. No entanto, simultaneamente à abolição dos escravos, surgiram no Brasil idéias raciais: alguns abolicionistas, como Nabuco e Patrocínio, declararam-se explicitamente contrários à imigração de trabalhadores “não-brancos”, como os asiáticos. Estes abolicionistas defenderam o recrutamento exclusivo de trabalhadores “brancos” para aumentar a “massa ariana” no Brasil. Segundo Nabuco, o Brasil deveria se tornar um país, “onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, a imigração européia traga sem cessar para os trópicos uma corrente de sangue caucásio vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo”¹².

⁷ Nos EUA, “branco” e “negro” era dividido através da divisão entre “branco” e “não-branco”, o último tendo o significado de “negro”. As chamadas “não-brancas” eram pessoas que tinham qualquer antepassado “negro” e então não eram “brancas puras”. Veja DEGLER, Carl N. *Nem preto nem branco*. Escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos. Rio de Janeiro. 1976, p.112.

⁸ Para entender mais detalhadamente as idéias de Varnhagen, cf. ODÁLIA, Nilo. O ideal de branqueamento da raça na historiografia brasileira. São Paulo, *Contexto*. Nº3 (1977), p. 130 e seguintes.

⁹ A idéia de *branqueamento* demonstra a predominância de normas físicas européias no Brasil: o ideal era um tipo branco, somente a adaptação às condições climáticas ficaria como vestígios genéticos brasileiros. Cf. MUNANGA, Kabengele. Introdução, em: CARONE, Iray/ BENTO, Maria A. Silva. *Psicologia social do racismo*. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis (RJ). 2002.

¹⁰ “A minha tese, pois, é que a vitória na luta pela vida [...] pertencerá ao porvir ao branco; mas que este, para essa mesma vitória, [...] tem necessidade de aproveitar-se do que é útil às outras duas raças e podem fornecer [...]. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo.” (Sílvio Romero, apud BENTO, Maria A. Silva. *Branqueamento e branquitude no Brasil*, em: CARONE/ BENTO (2002)).

¹¹ LACERDA, João Batista de. O Congresso Universal das Raças: reunido em Londres (1911)/ apreciação e comentários pelo J. B. de Lacerda. Rio de Janeiro. 1912. Veja também a análise de SEYFERTH (1985).

¹² NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. London. 1883, p.252, cit. de SKIDMORE (1976: 40).

Portanto, intelectuais brasileiros defenderam a imigração “branca” para que os imigrantes se tornassem parte da nação brasileira. Desde meados do século XIX, foram implantadas diferentes leis para proteger a imigração européia. Após a abolição da escravidão, em 1888, a ideologia do *branqueamento* da nação foi discutida ainda com mais fervor. Esperava-se, com esses imigrantes “brancos”, que o processo de *branqueamento* da nação brasileira se acelerasse¹³. O foco racial da política imigratória é evidenciado pelo decreto de imigração de 28 de junho de 1890¹⁴. A esperança do *branqueamento* através da imigração dirigida baseou-se no pressuposto da assimilação dos imigrantes: a sua “miscigenação” com outros membros da sociedade brasileira. Este ideal assimilatório entrou em conflito com o isolamento de muitos alemães, imigrantes “racialmente” desejados.

Controvérsias sobre os imigrantes alemães

Nos debates sobre o *branqueamento* da nação, havia diferentes posições quanto à questão da origem desejada dos imigrantes europeus. Para muitos eugenistas, o fato de os imigrantes serem “brancos” era suficiente, enquanto outros defendiam o recrutamento exclusivo de imigrantes “arianos”: alguns membros da elite brasileira, como o professor de direito Hermann Byron de Araújo Soares¹⁵ e o filósofo Alcides de Bezerra¹⁶, acreditavam nas idéias dos racistas europeus como Gobineau e Lapouge, que defendiam a superioridade das pessoas loiras de origem norte-européia. Para os representantes dessa posição, os alemães seriam um “*coeficiente étnico de primeira grandeza*”, como proclamou o jornalista Caio de Menezes. Segundo ele:

nenhum povo necessita mais da influência de povos adiantados na formação de um tipo de raça do que o brasileiro, principalmente no momento histórico em que a percentagem da raça africana começa a diminuir e precisa desaparecer dissolvida pelo turbilhão da raça branca [...] A preponderância étnica do estrangeiro só trará resultados maravilhosos para a formação da nossa raça¹⁷.

Para proteger a imigração alemã, os governos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná apoiaram projetos de colonização alemã, como aquele de Hermann Blumenau. Porém, perante a fundação de associações culturais e de escolas alemãs em colônias isoladas, o governo e os intelectuais passaram a exigir, com maior insistência, o “abrasileiramento” da população de origem alemã, considerada antibrasileira. Muitas colônias alemãs no Brasil situavam-se em regiões pioneiras e a auto-segregação de imigrantes alemães fez com que houvesse pouca “miscigenação” com outras partes da população. Ao contrário, formaram-se colônias quase fechadas e, por isso, homogêneas, constituídas praticamente por colonos alemães e por seus descendentes. Muitos alemães insistiram na preservação da sua individualidade étnica e nacional, apoiados pela propaganda da liga pangermânica (“Alldeutscher Verband”, fundada em 1891). Os membros da liga pangermânica referiam-se ao “ius sanguinis” e chamavam os colonos de origem alemã no Brasil de “alemães no estrangeiro” (“Auslandsdeutsche”). Da auto-segregação dos colonos, resultou um conflito com a proposta assimilatória do nacionalismo brasileiro.

Após o estabelecimento do Império Alemão como nação imperial, em 1884, a atitude dos colonos de origem alemã foi criticada com maior ênfase. Naquela época, alguns artigos da imprensa francesa e norte-americana criticavam o papel dos colonos “teuto-brasileiros” e discutiam a possibilidade de uma invasão alemã no Brasil: os alemães moravam nas regiões do Sul, onde os limites exatos ainda não estavam bem definidos. Líderes da intelectualidade brasileira, como Sílvio Romero, leram estes artigos e supuseram um “perigo alemão” para o Brasil e, conseqüentemente, passaram a defender o recrutamento de imigrantes oriundos de “países latinos¹⁸”. Os receios de possíveis interesses imperiais alemães no Brasil foram alimentados por conflitos diplomáticos entre o Império Alemão e o Império Brasileiro, como o “caso Panther”, em 1911, e por atividades políticas

¹³ “Dois fatos contribuirão largamente para tal resultado [o *branqueamento* de nação, S.L.]: de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a imigração européia!” (Sílvio Romero, cit. de BENTO 2002).

¹⁴ “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos a ação criminal do seu país. [...] Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos, de acordo com as condições estipuladas. [...] A polícia dos portos da República impedirá o desembarque de tais indivíduos, como o de mendigos e indigentes.” Decreto N° 528, 28.06.1890, cit. de SKIDMORE (1976: 155).

¹⁵ SOARES, Hermann Byron de Araújo. *O Caráter Nacional*. Porto. 1916, P. XXIX, 10.

¹⁶ BEZERRA, Alcides. *Ensaio de Crítica e Filosofia*. Paraíba. 1919, pp. 243-45.

¹⁷ MENEZES, Caio de. *A Raça Alemã*. Porto Alegre. 1914, p.61, cit. de SKIDMORE (1976: 148).

¹⁸ ROMERO, Sílvio. *O Alleanismo no sul do Brasil, seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro. 1906.

dos próprios colonos, como o “Volksverein”, fundado em 1901, através do qual se lutava pela participação política e, ao mesmo tempo, pela individualidade étnica.

Em resumo, os defensores, assim como os críticos da imigração alemã, na elite intelectual brasileira, partiam de idéias “raciais” para justificar a imigração européia – consideravam a população “miscigenada” inferior e rejeitavam a imigração de asiáticos (“imigração amarela”).

Idéias “raciais” também foram hegemônicas no Império Alemão, sendo, porém, associadas mais à emigração dos alemães do que à (rara) imigração de estrangeiros.

A perspectiva alemã

O império alemão: imperialismo e ideologias raciais

Após a fundação do Império Alemão, em 1871, os políticos alemães ambicionavam uma posição geopolítica poderosa ao lado de outros estados europeus. Desde a conferência imperial de 1884/1885, realizada em Berlim, o Império Alemão ocupou territórios na África e na Ásia. Desde então, tanto a expansão colonial quanto a emigração, efeito do desemprego em massa no Império Alemão no final do século, foram discutidas nos “congressos coloniais” (*Kolonialkongresse*). Ambas foram tratadas como expansões geopolíticas e foram discutidas com argumentos imperialistas, tencionando uma expansão econômica, cultural e geopolítica.

Simultaneamente, passaram a predominar novas teorias sociais, conseqüência da pretensão de se explicar complexos processos sociais, através das ciências naturais. Cientistas como o médico Rudolf Virchow (1821-1902) e os etnólogos Felix von Luschan (1854-1924) e Adolf Bastian (1826-1905) realizaram pesquisas antropológicas minuciosas: recolheram artesanato e outros bens culturais de povos colonizados e os catalogaram. Mediram os corpos dos colonizados e do próprio povo alemão para determinar pretensas “raças” diferentes. Pretenderam abranger, por meio de medições e coleções, a “natureza e cultura” dos povos, do próprio e dos outros. Tiraram conclusões pretensiosamente científicas de uma superioridade alemã que pareciam legitimar expansões coloniais alemãs. Estes pensamentos culminaram na idéia de um coerente “corpo do povo” alemão (*Volkskörper*), implicando características “raciais” e culturais distintas que deveriam ser conservadas.

Nos círculos eugênicos e nacionalistas alemães, acreditava-se no efeito negativo da “miscigenação”. Para conservar uma pretensa “superioridade racial” alemã, cientistas como Eugen Fischer¹⁹ e nacionalistas alemães propagaram uma “pureza de raça”, defendendo, assim, um isolamento *völkisch* do povo alemão – tanto no Império Alemão quanto nos países de destino da emigração alemã. Estas idéias eugênicas constituíram elementos do padrão da política interna e externa alemã e das pesquisas científicas entre 1880 e 1918. Em debates coloniais, cientistas e políticos discutiram as possibilidades de preservação do imaginado *Volkskörper* alemão, em projetos de expansão colonial e emigratória. A preservação da identidade cultural e da “homogeneidade racial” dos emigrados tornou-se um parâmetro relevante para a avaliação de expansões alemãs. Nas discussões sobre quais seriam as regiões desejadas como destino, predominaram os debates científicos sobre a “questão da aclimatização”²⁰.

A “questão de aclimatização”

Investigações sobre questões da medicina tropical prosperaram durante a ocupação alemã de territórios tropicais. Em 1900, foi fundado o maior instituto alemão de medicina tropical: o Instituto das Doenças Marinhas e Tropicais em Hamburgo (“Hamburger Institut für Schiffs- und Tropenkrankheiten”), sob direção de Bernhard Nocht (1857-1945).

No fim do século XIX, médicos e antropólogos físicos discutiram as “conseqüências raciais” da inospitalidade de territórios ultramarinos para alemães. Consideravam a emigração desejável somente para regiões que possibilitassem a sobrevivência de algumas gerações sadias, sem o perigo da “miscigenação” com

¹⁹ Fischer, antropólogo físico, tentou evidenciar as pretensas conseqüências negativas da “miscigenação” étnica da população de Rehobot, território colonizado pelo Império Alemão. FISCHER, Eugen. *Die Rehoboter Bastards und das Bastardisierungsproblem beim Menschen*. Jena, Gustav Fischer. 1913.

²⁰ Um resumo detalhado das discussões coloniais alemãs sobre a “questão da aclimatização” encontra-se em GROSSE, Pascal. *Eugenik, Kolonialismus und bürgerliche Gesellschaft in Deutschland 1850-1918*. Frankfurt am Main, Campus. 2000.

a população autóctone. Segundo eles, os alemães, “raça branca” já adaptada às regiões climáticas do hemisfério norte, não poderiam sobreviver por muito tempo nos trópicos sem graves problemas. Todavia, seria possível sua instalação nos subtrópicos²¹. Relações sexuais entre colonos europeus e mulheres autóctones, assim como o “adoecimento” (fisiológico e mental) de europeus nos trópicos, relatados em colônias alemãs na África e na Ásia e em colônias de outros países europeus, foram considerados casos a serem evitados.

O discurso do médico Rudolf Virchow perante a assembléia alemã (16.3.1885) demonstra o entrelaçamento do biologismo e do imperialismo característico da época. Virchow declarou-se contra a maioria dos projetos coloniais alemães, duvidando da possibilidade de “aclimatização” dos alemães de forma a continuarem preservando uma “endogamia racial” nestas regiões tropicais²². Este médico, considerado em geral um “liberal” pela historiografia alemã, rejeitou projetos coloniais alemães, mas por causa do chauvinismo racial e nacional.

Desta forma, a “questão da aclimatização” atingiu o problema central da política externa alemã: a procura de possibilidades de instalação de “brancos” em regiões tropicais e de formação de um sistema colonial que pudesse preservar a identidade nacional alemã ligada às idéias “raciais”. Estes debates científicos levaram à distinção entre o Brasil (mais precisamente a região Sul, zona de clima temperado) e outras regiões de emigração ou colonização alemã no mundo: os cientistas consideraram o Brasil um caso excepcional pelas possibilidades de manutenção da saúde física e da identidade cultural e, através disso, da endogamia “racial” das comunidades alemãs ali residentes há diversas gerações. Assim, Rudolf Virchow, cientista famoso e influente, também frisou a aptidão extraordinária do sul do Brasil para as expansões alemãs.

O sul do Brasil: região desejada pela emigração alemã no contexto imperial

O Brasil, o maior país de destino da emigração alemã após os EUA, tornou-se o foco de interesse dos agitadores coloniais. A preservação da identidade alemã dos emigrados era referência central não somente nos debates científicos sobre a “questão da aclimatização”, mas também nos debates econômicos e políticos. Nacionalistas como Heinrich von Treitschke (1834-1896) e Hermann Meyer lamentaram a rápida aculturação dos emigrados alemães nos EUA, e atribuíram esse fato à “semelhança das características *völkisch* dos alemães e norte-americanos²³”. No entanto, muitos colonos no Brasil mantinham costumes e tradições alemãs e consideravam-se alemães ou, no máximo, “teuto-brasileiros”. Este fato recebeu muita atenção no Império Alemão: nacionalistas como o editor Herrmann Meyer (1871-1932), o historiador e diplomata Richard Krauel (1848-1918) e o economista Robert Jannasch (1843-1919), esperando que os colonos alemães preservassem seus hábitos de consumo, imaginaram novos mercados de exportação de bens alemães. Por conseguinte, numa resolução do congresso colonial alemão em 1902, exigiu-se a associação das políticas externa e econômica. Esta nova estratégia política deveria ser praticada especialmente com o Brasil, onde os emigrados manteriam a identidade alemã²⁴. Além disso, outros agitadores coloniais, como o economista Herrmann Hesse (1876-1965) e o geógrafo Wilhelm Sievers (1860-1921), tencionaram ampliar o poder alemão no Brasil²⁵. Já durante a reorganização do Estado no Brasil, em 1889, houve vozes que defendiam uma instalação imperialista alemã permanente no Brasil, mas Bismarck, então chefe do parlamento, rejeitou essas idéias.

O planos de ampliação do poder econômico e político alemão no Brasil, assim como as avaliações de médicos especializados nos trópicos sobre a situação dos colonos alemães, basearam-se numa imagem do Brasil transmitida através de relatos de viagens escritos por cientistas e intelectuais alemães. Tais relatos, apresentados nos congressos coloniais ou publicados em livros e jornais, influenciaram a opinião de políticos e cientistas alemães sobre o sul do Brasil.

²¹ A “associação colonial alemã” (Deutscher Kolonialverein) chamou uma comissão para investigar as possibilidades de instalação dos europeus na América, África, Ásia e Oceania em 1886. Resumiu que seria possível, sob riscos de saúde (sic!), a instalação. Em 1889, havia uma outra comissão, sob a direção de Virchow, com Robert Koch e outros, com um resumo parecido. Cf. GROSSE, op. cit., p. 135.

²² VIRCHOW, Rudolf. Rede vor dem Reichstag, Sten. Ber.d.RT, Bd.82, Sitzung v.16.3.1885, pp.1855-1862.

²³ MEYER, Herrmann. *Die deutsche Auswanderung nach Südamerika, besonders nach Südbrasilien*. Verhandlungen des Deutschen Kolonialkongresses 1902. Berlin 1903, p. 641.

²⁴ Cf. JANNASCH, R. *Die praktischen Aufgaben der deutschen Auswanderungspolitik*. Verhandlungen des Deutschen Kolonialkongresses 1902. Berlin 1903, p. 592.

²⁵ SIEVERS, Wilhelm. *Südamerika und die deutschen Interessen*. Stuttgart 1903. P. 93. HESSE, Herrmann: *Die Frage der Reichsangehörigkeit der Auswanderer*. Verhandlungen des Deutschen Kolonialkongresses 1902. Berlin 1903, p. 619.

O papel do Brasil nos debates do *Deutschtum*: “Brasil alemão”²⁶

A eugenia, ideologia predominante no Império Alemão, atingiu tanto as medidas políticas como as pesquisas científicas. Os debates políticos e científicos sobre a preservação do *Deutschtum* foram moldados por esta ideologia, como demonstrarei a seguir.

Políticos estilizaram o Brasil como região ideal para a emigração alemã no que se refere às relações “raciais” e culturais. Enquanto nos EUA a assimilação dos emigrados teria como consequência a perda da influência econômica e política do Império Alemão, em muitos territórios colonizados na África e na Ásia este problema da aculturação não apareceria. Nessas regiões, todavia, os alemães, segundo a medicina tropical, não poderiam se manter saudáveis devido às condições climáticas. No Brasil, a segregação dos colonos, causada pelas supostas grandes “diferenças raciais” e culturais entre os dois povos, seria garantida, e as moderadas condições climáticas no Sul permitiriam uma instalação alemã mais durável. Assim, o Brasil parecia ser a única região no mundo com condições de manter a identidade cultural e a “endogamia racial” dos alemães. Havia poucos agitadores coloniais que não acreditavam nessas “condições exemplares” do Brasil para os alemães e que temiam a aculturação dos emigrados.

A seguir, serão apresentadas as descrições predominantes dos “teuto-brasileiros” pelos cientistas alemães. Assim ficará mais claro o significado eugênico atribuído à emigração para o sul do Brasil por cientistas e políticos alemães.

Uma vez que a manutenção da identidade étnica foi um tópico central no Império Alemão na virada do século, os autores dos relatos sempre se concentraram na questão sobre se os emigrados teriam ou não mantido características alemãs. Alguns autores proclamaram a perda dessas características pelos colonos no Brasil, outros defenderam sua preservação ou até mesmo afirmaram encontrar mudanças positivas nos colonos. O padrão de referência da descrição dos colonos era o conceito de *Deutschtum*. Portanto, alguns cientistas consideravam alemães exclusivamente as pessoas de descendência alemã²⁷; outros se concentravam nas práticas culturais e consideravam alemães todos os migrantes de língua alemã, como “teuto-russos”, “teuto-suíços” e “teuto-austríacos”²⁸. Desta forma, o conceito de *Deutschtum* implicava características “raciais” e culturais.

Predominavam nas descrições asserções sobre a preservação das características culturais alemãs entre os colonos.²⁹ Essas características seriam, segundo os autores, a língua alemã, o suposto precioso “trabalho alemão” e qualidades como zelo, castidade, modéstia, firmeza e força. A importância de instituições como a igreja (protestante), as escolas e associações culturais para a preservação dos costumes alemães também foi sublinhada.

Falava-se também sobre a influência negativa da sociedade e natureza brasileiras sobre os colonos alemães. Nessas descrições, os autores equiparavam a aculturação ao meio brasileiro a uma “brutalização dos costumes” e, na predominância de idéias “raciais”, a uma “degeneração” ou a um “abastardamento” (*Entartung*) chamado de “abrasileiramento” (*Verbrasilianerung*)³⁰. Desta forma, os autores se referiam aos debates sobre a “questão da aclimatização” perante a colonização alemã na África. Na África, médicos alemães tinham medo de uma *Verkafferung* ou *Verkanakerung*³¹ (expressão de um “abastardamento racial”) dos colonos alemães. Ao usar de forma pejorativa o termo “abrasileiramento”, os autores atribuíram diferentes significados aos dois gêneros: as mulheres chamadas de “abrasileiradas” foram descritas como mais independentes dos seus maridos. Portanto, a manutenção dos costumes alemães, desejada por autores de gênero masculino, consistiria na permanência dos papéis tradicionais³²: a mulher alemã como subordinada e agregada ao marido. Na descrição dos homens “abrasileirados”, os autores sublinharam propriedades como fraqueza e preguiça, características que contrariavam os ideais de força e zelo³³.

Um número considerável de cientistas, porém, sublinhou mudanças físicas e culturais positivas nos emigrados. Estes autores acreditavam encontrar nos emigrados alemães qualidades descritas como “germânicas”. Sugeriu-se, assim,

²⁶ FUNKE, Alfred. *Über die kulturellen Interessen und Aufgaben Deutschlands in Südbrasilien*. Verhandlungen des Deutschen Kolonialkongresses 1902. Berlin. 1903, p. 479.

²⁷ BREITENBACH, Wilhelm. *Über das Deutschtum in Süd-Brasilien: Eine Studie*. Hamburg. 1887, p. 4

²⁸ DEDEKIND. *Welche Aussichten hat das deutsche Volkstum in Südamerika, und was ist zu seiner Erhaltung und Pflege seitens der deutschen Heimat zu tun?* Verhandlungen des Deutschen Kolonialkongresses 1910. Berlin. 1910, p. 1022.

²⁹ “Tão pouco mudou-se o caráter do povinho dos colonos alemães perante a nova situação, o meio arredor estrangeiro” (WAGEMANN, Ernst. *Die deutschen Kolonisten im brasilianischen Staate Espírito Santo*. München. 1915, p.137). Os alemães no sul do Brasil teriam ficado “alemães, da cabeça até os dedos do pé, até o fundo do coração” (GERNHARD, Robert. *Dona Francisca, Hansa und Blumenau, drei deutsche Mustersiedlungen im südbrasilianischen Staate Santa Catharina*. Breslau. 1901, XXIV).

³⁰ “Mesmo que seria muito desejável para o Brasil se os alemães se ‘assimilassem’, quer dizer se deixassem a sua língua e os seus costumes, esta assimilação teria como consequência a grande desvantagem deles degenerarem de uma maneira lamentável” (DEDEKIND 1910: 1026). O autor Canstatt recebeu a “degeneração progressiva” ou, até, o “declínio da raça alemã” (CANSTATT, Oscar. *Die brasilianische Rassenfrage*. Berlin, Koloniale Rundschau. 3º ano 1911, p. 557).

³¹ “Kaffer” e “Kanaker” são antigas palavras racistas alemãs usadas para chamar pejorativamente os africanos. “Verkafferung” e “Verkanakerung” significam o processo de os alemães passarem a ser “Kaffer” ou “Kanaker”, então descreve uma temida situação futura. “Verbrasilianerung” era a palavra para descrever a aculturação dos alemães no Brasil, enquanto a associação desta palavra a “Verkafferung” e “Verkanakerung” demonstra o sentido pejorativo ligado à aculturação alemã no Brasil.

³² “A educação das meninas tem muitos déficits, especialmente nas cidades. Aqui mesmo, as relações com meninas brasileiras e com os servidores negros são muitíssimo depravadas”. (BREITENBACH 1887: 21). Desejou os seguintes papéis de gênero: “A mulher cuida do lar, faz com que o homem se sinta em casa” (1887:14).

³³ Segundo Wagemann, a eficiência econômica dos colonos “afrouxa” (WAGEMANN 1915: 116).

que estas características eram ainda “mais alemãs”: “Quando se vê a geração jovem nas colônias alemãs, pensa-se [...] ver os antigos germânicos regressados ao mundo³⁴”. Uma posição semelhante a esta, do editor Breitenbach, (*1857), foi assumida pelo economista Wagemann (1884-1956), professor no Instituto Colonial, em Hamburgo:

Em breve: o colono alemão [...] aparece-nos como um símbolo de força marcante no meio de um gênero enfraquecido e degenerado. [...] Parte fortalecido da luta pela vida. Ainda mais, mantém todas as virtudes magníficas dos germânicos: a constância, a tenacidade, a fieldade e a castidade, a devoção e a honradez, o senso de independência e o orgulho. Assim, representa uma sentinela importante e saliente do gênio e da cultura alemães!³⁵

Aqui, os autores alemães conceberam a nacionalidade com características *völkisch* – eles apoiaram-se, como referência nacional, na idéia de ascendência germânica. Nas descrições dos autores parece, então, que os alemães poderiam, no Brasil, reencontrar uma parte importante da sua identidade *völkisch*. Assim, as regiões no sul do Brasil, na imaginação de alguns alemães, tornaram-se um lugar de “autenticidade” e “convalescença” (germânica). Representantes da nação alemã pareciam reencontrar, no contato com a natureza considerada “virgem³⁶”, uma essência perdida com a modernidade industrial do país de origem (o Império Alemão) e que deveria renascer: “Então crescerá [grifo da autora] aqui um povo do qual, de nenhuma maneira, o velho e gasto [grifo da autora] país de origem precisará se envergonhar³⁷”.

O “encontro com a natureza” na mata passa a ser a *dominação* dela. Assim, segundo o pensamento biologista daquela época, este encontro se torna uma questão darwinista de sobrevivência: o colono afirma-se na luta pela vida contra a natureza selvagem. Nestas descrições, aparece o desejo de uma originalidade imaginada, de uma essência pré-moderna. A última não poderia se mostrar no Império Alemão industrializado, mas somente no (sul do) Brasil, onde seria possível essa “luta pela vida”, tendo por conseqüência uma “purificação”. Através dessas idéias de origem e de purificação, os autores cultivaram um discurso anti-moderno ambíguo: consideraram uma superioridade alemã através da idéia de uma pretensa supremacia cultural – todavia, estas argumentações “modernas” imperialistas correspondiam mais a uma missão cultural legitimada pelo próprio progresso civilizacional adotado – e não àquelas argumentações que postulavam uma regressão *völkisch*.

Nos três posicionamentos com respeito à (positiva, negativa ou falta de) influência do meio brasileiro à “índole alemã” dos colonos, percebe-se que os autores, implicitamente, seguiam um ideal comum, caracterizado por qualidades “germânicas”: louvavam a conservação dos costumes tradicionais, virtudes e língua alemã, ao mesmo tempo em que rejeitavam as influências culturais consideradas “não-alemãs”. Portanto, “abrasileiramento” significaria o abandono de papéis de gênero tradicionais, bem como de pretensas virtudes alemãs, como zelo, castidade e firmeza. As mudanças consideradas positivas, em direção a uma maior “independência e orgulho”, causada pela “luta pela vida” contra a natureza, correspondiam aos ideais germânicos de força e virilidade e, assim, a virtudes perdidas na sociedade industrializada moderna do Império Alemão. Portanto, o ideal do “teuto-brasileiro” não significaria uma mistura de características (“raciais” e culturais) brasileiras e alemãs, mas a preservação de características “raciais” ocultadas ou, mais do que isso, o retorno a características anteriores. As colônias alemãs isoladas no sul do Brasil passariam a ser, na imaginação dos autores alemães, “território alemão”. Nele seria possível até mesmo uma renovação do povo alemão, para a qual o país de origem não oferecia nenhuma condição.

³⁴ BREITENBACH (1887: 22).

³⁵ WAGEMANN (1915: 140 e seguintes).

³⁶ BREITENBACH (1887: 20).

³⁷ BREITENBACH, idem p. 22.

Considerações finais

O paradoxo

Precisamente o Brasil, país com uma sociedade multiétnica e com a política imigratória assimilatória do *branqueamento*, parecia a políticos e cientistas alemães o lugar exemplar para a preservação do *Deutschtum*. Essa conclusão foi baseada no fato de que muitos alemães e seus descendentes residentes no Brasil consideravam-se parte da Nação alemã, e muitos não tinham interesse de se integrarem à nação brasileira. Assim, pode-se dizer que os alemães tiveram um papel ambíguo no Brasil: de um lado, constituíram uma desejada influência “racial” na formação da nação brasileira, por outro, a auto-segregação e a preservação da identidade alemã contrariou o alvo desejado de uma nação homogênea, baseada no “*ius soli*”. A nação alemã, porém, foi concebida como uma comunidade extraterritorial com distintas características “raciais” e culturais – portanto, para o Império Alemão, até mesmo os colonos de descendência alemã que tinham a cidadania brasileira eram considerados “alemães”.

O conflito entre os interesses do governo brasileiro e dos imigrantes alemães (assim como do governo alemão, que apoiou a auto-segregação dos colonos), resultou dos conceitos eugênicos de *branqueamento* e *Deutschtum*. Apesar de baseados no mesmo ideal “racial”, os conceitos nacionais ligados àquelas ideologias foram incompatíveis. Ambas as nações ambicionavam sua constituição como nação “branca” segundo o ideal europeu de Estado-nação, mas associaram este alvo a medidas distintas: nos debates alemães, o país de destino era discutido com respeito à possibilidade de se manter a identidade nacional dos emigrados e, então, de haver um lucro econômico, político e cultural para o país de origem – a índole *völkisch* alemã deveria *ficar homogênea* por meio de “endogamia racial”. Políticos e cientistas brasileiros, porém, discutiam a imigração e a tencionada assimilação dos imigrantes com respeito à formação da nação, a qual deveria *passar a ser homogênea*. A sociedade heterogênea brasileira seria uma sociedade em transição que deveria aproximar-se do alvo de homogeneidade “racial” (“branca”) e cultural (brasileira). No entanto, os modelos de *branqueamento* e *Deutschtum* basearam-se em idéias diferentes de “branco”: as teorias européias de “raça”, dentre elas a ideologia do *Deutschtum*, consideravam uma pessoa “branca” pela sua descendência. A ideologia do *branqueamento*, ao contrário, atrelava a definição de “branco” a características fenotípicas e, resultada da “miscigenação aclarante”, não poderia se definir por uma pretensa “pureza racial”. Todavia, a ideologia de *branqueamento* tinha aceitado a idéia de “purificação” das teorias européias. A elite brasileira tencionou “branquear” a própria nação e, assim, “limpá-la” de elementos étnicos não-desejados. Assim, a “purificação” ocorreria perante o acréscimo de um elemento novo: os imigrantes europeus, ou, ainda melhor, do norte da Europa. Os propagandistas alemães, contudo, desejaram “limpar” a própria nação dos defeitos civilizatórios com o redescobrimto de uma germanidade “original” e endogâmica. “Purificação”, segundo eles, seria o reencontro de uma essência já existente (porém, ocultada).

Portanto, os alemães rejeitavam a assimilação à sociedade brasileira pelo mesmo pensamento que fundou o ideal de um futuro Brasil “branco” – a crença na inferioridade das pessoas “negras” e “miscigenadas” que formavam a maioria da população brasileira.

Os debates sobre os migrantes de origem alemã no Brasil atingiram, tanto do lado brasileiro como do alemão, questões da homogeneidade (“racial”, cultural e *völkisch*) da própria nação, baseadas em idéias eugênicas. No período de reorganização nacional, assim como de ordem global hierarquizada, estas questões ganharam uma significativa relevância. Isto poderia explicar a ênfase com a qual ambos os lados discutiram este fenômeno de migração transnacional.

Artigo recebido em 18.07.2008 e aprovado em 12.12.2008.